



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR CAMILO CRISTÓFARO

REQUERIMENTO Nº

RDP

18/2018

Requeiro a constituição de **Comissão Parlamentar de Inquérito**, com base no artigo 33 da Lei Orgânica do Município, para averiguar o cumprimento dos contratos de manutenção e instalação da iluminação no Município de São Paulo, no período de janeiro de 2017 a março de 2018, que são geridos por ILUME.

Considerando as notícias veiculadas pela imprensa sobre a regularidade do processo de seleção da Parceria Pública Privada – PPP da Iluminação;

Considerando o péssimo serviço prestado pelas empresas contratadas para manutenção da iluminação na cidade;

Considerando que a Diretora do ILUME pôs sob suspeita a licitação de R\$ 6,9 bilhões, conforme notícias de diversos veículos de comunicação no dia 20 de março de 2018.

Requeiro, com fundamento do art. 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e art. 93 do Regimento Interno, a constituição de **Comissão Parlamentar de Inquérito** composta por (09) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias, para averiguar o cumprimento dos contratos de manutenção e instalação da iluminação no Município de São Paulo, no período de janeiro de 2017 a março de 2018, que são geridos por ILUME.

São Paulo, 21 de março de 2018

Vereador Camilo Cristóforo

LIDER PSB

Viaduto Jacareí 100 - 4º andar sala 404
Fone: 3896-4409

Diretora da Ilume é demitida após áudio revelar recebimento de propina da empresa vencedora da PPP da Iluminação

Denise Abreu conversa com secretária pessoal sobre repasse de dinheiro da FM Rodrigues. Ela também diz que dois secretários de Doria recebem propina da Eletropaulo.



Por Tatiana Santiago, G1 SP, São Paulo

Atualizado em 10/06/2018 às 15h30





A diretora do Departamento de Iluminação da Prefeitura de São Paulo (Ilume), Denise Abreu, foi exonerada nesta quarta-feira (21) após o vazamento de uma gravação revelar que ela recebia propina do consórcio FM Rodrigues, vencedor da licitação da **PPP (Parceria Público-Privada) da Iluminação Pública**. Esse é o consórcio que já faz a manutenção da iluminação da cidade através de um contrato emergencial com a Prefeitura.

Em nota, o prefeito João Doria diz que "determinou a instauração de procedimento investigatório pela Controladoria Geral do Município sobre as declarações veiculadas pela imprensa e sobre a regularidade do processo de seleção da Parceria Público Privada da Iluminação. O prefeito determinou ainda que CGM a auxilie o Ministério Público no que for necessário", diz o texto.

No áudio, revelado pela rádio CBN, Denise Abreu conversa com sua secretária em seu gabinete em dezembro do ano passado. Na conversa, Denise diz que irá realizar o último pagamento a secretária no valor de R\$ 3 mil referente ao mês de novembro. Segundo ela, o dinheiro foi repassado pela FM Rodrigues que deixaria de pagar o valor porque teria os contratos encerrados com a Prefeitura e ameaçada da empresa não pagar em troca de favorecimento.

em 2017, quando a empresa não foi selecionada para o contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação de iluminação pública, no âmbito do município de São Paulo. Não houve a contratação direta, pois a empresa não apresentou proposta.

- **G1** tentou falar com Denise Almeida, mas não foi segurado em nota a diretora de Planejamento, que teria praticado qualquer irregularidade e afirma que vai esclarecer todas as acusações atiradas. Ressalta que não poderia interferir na PPP da Iluminação, pois não teve a participação na Comissão Especial de Licitação e nem competência legal para assinar contrato", afirmou.

Já a Prefeitura de São Paulo informa que todas as ações da Comissão Especial de Licitação foram publicadas no Diário Oficial e que o consórcio Walks foi excluído do certame por ser integrado pela empresa Quaatro, controladora da Alumini, que foi declarada inidônea pelo Ministério da Transparência, o que a impede a participação de licitações e/ou firmar contratos nas três esferas do governo. "A Prefeitura ressalta que todo o processo da PPP da Iluminação foi pautado pelo respeito à lei e à transparência."

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Denise Abreu, jornalista da Rádiorádio, afirma que a empresa FM Rodrigues não tem mais contrato e eu não vou ter como arcar daqui pra frente com isso. É o último mês. Simplesmente não tem como. [00:11] E ela afirma em entrevista ao Ministério Público que não tem responsabilidade no acidente, mas apenas foi ajudada pela justiça federal.

Conversa

Veja abaixo a descrição do audio divulgado:

DENISE ABREU - Eu vou te dar os seus três [R\$ 3 mil]... Mas a empresa [FM Rodrigues] não tem mais contrato e eu não vou ter como arcar daqui pra frente com isso. É o último mês. Simplesmente não tem como.

SECRETÁRIA - Nem em dezembro?

DENISE ABREU - Tô te dando agora.

SECRETARIA - Então, [o pagamento] que era de novembro?

DENISE ABREU - Não tem como [pagar em dezembro]. Você não tá vendo os movimentos? E ninguém faz nada, querida. Entendeu?

SECRETÁRIA - Hum...

DENISE ABREU - É um escândalo o que tá acontecendo em São Paulo e não tem um jornalista para empurrar isso. Então, querida, dançou. Não tem mais PPP, não tem mais nada, pode esquecer. Não tem fonte. Não tem fonte.

SECRETÁRIA - Tá bom, querida. Tudo bem?

SECRETARIA: Mas a PPP não é não vai ganhar?

DENISE ABREU: Não. A PPP existem dois concorrentes.

SECRETARIA: Tá, me explica

DENISE ABREU: FM Rodrigues e Walter Torre, que está na Lava Jato, denunciado [...] E com isso tudo nós estamos perdendo aqui [...] O Marcelo [Rodrigues, da FM Rodrigues] disse: 'Se eles são os santos, então vocês vão assinar [o contrato] com os santos. Eu estou partindo'. Ele tá de saco cheio, cara.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

SECRETARIA: Quem?

DENISE ABREU: Não! É especificamente a imprensa. Eles estão atacando a administração da PPP.

SECRETARIA: Quem?

DENISE ABREU: A imprensa.

Em outra gravação, Denise acusa o secretário municipal de Serviços e Obras, Marcos Penido, e o secretário de Governo, Julio Semeghini, de receberem propina da Eletropaulo.

DENISE ABREU: "Por quê? Porque os que ganham propina da Eletropaulo devem estar já assim: "Ai meu Deus do céu ela falou do meu propineiro e agora? Penido, Julio Semeghini, tudo mundo sabe que eles levam uma 'bola' da Eletropaulo."

O contrato, de R\$ 6,9 bilhões e com vigência de 20 anos, foi assinado com a Prefeitura no dia 8 deste mês. Em três anos, o consórcio se comprometeu em substituir 535.713 pontos de iluminação por LED, do total de 618.355 pontos.

PPP da Iluminação

Mesmo com uma proposta quase R\$ 7 milhões mais cara do que a do concorrente, o Consórcio FM Rodrigues/CLD foi declarado o vencedor da licitação da PPP. Esse é o consórcio que já faz a manutenção da iluminação da cidade, por meio de contrato emergencial com a Prefeitura.

O FM Rodrigues venceu com a proposta de R\$ 30.158.492,00. Mesmo com uma proposta melhor, de R\$ 23.259.392,00, o Consórcio Walks, que também disputava a PPP, foi excluído do processo.

documento e, portanto, os documentos apresentados pelas empresas, parte quanto ao conteúdo e, parte quanto ao formato, não atendiam a exigência de padronização exigida pelo edital, o que afetava a credibilidade e a transparência. Assim, decidiu-se cancelar o edital e reabrir o processo. Entretanto, não houve a empresa de participar de licitação nos três editais de governo eletrônico da Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SAMSO).

O processo para a escolha da empresa começou em abril de 2014, quando o primeiro edital foi publicado. De lá para cá, ele apresentou falhas, foi republicado e os consórcios entraram com ações na Justiça.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Venha dar uma espiadinha!



Venha ver!

Entenda o caso abaixo:

- O edital da concorrência para a PPP da Iluminação foi publicado no dia 23 de abril de 2015. Na época, o Tribunal de Contas do Município (TCM) suspendeu o processo por apresentar falhas.

- Em 14 de maio de 2017, o TCM liberou o processo de licitação para a retomada da PPP da iluminação pública, com o Edital nº 001/2017, com o prazo de validade de 180 dias.
- Na sequência, o TCM recebeu uma representação do Consórcio FM Rodrigues/CLD contra a habilitação do consórcio Walks. A alegação era de que a documentação de garantia apresentada não cumpria todas as exigências do edital. O processo foi suspenso para análise;
- No dia 5 de julho de 2017, o TCM liberou a retomada do processo da PPP da iluminação. Os dois consórcios entraram com ações na Justiça, mas nenhuma manifestação ou decisão do Tribunal de Justiça teve efeito suspensivo;
- Mesmo com essa liberação do processo, a Prefeitura demorou para retomar o processo. Inclusive, remanejando verba para cobrir o Fundo de Iluminação Pública por causa do contrato emergencial com o Consórcio FM Rodrigues/CLD;
- Em novembro de 2017, o TCM questionou a Prefeitura perguntando o que a administração faria em relação a PPP da iluminação, retomaria a licitação ou apresentaria outro modelo e solução;
- No dia 31 de novembro passado, o TCM fez mais um questionamento à Prefeitura. Quis saber o motivo de a administração dar prioridade a um contrato emergencial em vez do processo legal, que já estava liberado. Na sequência, determinou uma auditoria na execução do contrato emergencial;
- Em janeiro deste ano, a Prefeitura retomou o processo;
- No dia 29 de janeiro, a Comissão de Licitação da PPP da Iluminação Pública abriu os envelopes das propostas comerciais. Foi classificado provisoriamente o consórcio Walks (formado pelas empresas WPR participações Ltda., Quatro Participações S/A e KS

- No dia 6 de fevereiro, a Prefeitura abriu os envelopes da habilitação técnica;
- Mesmo com uma proposta melhor, o consorcio Walks foi excluído do processo por ser integrado pela Quaatro, controladora da Alumini, uma empresa declarada inidônea pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- O Consorcio Walks entrou com um recurso na Comissão de Licitação da PPP da Iluminação questionando a habilitação do consorcio FM Rodrigues/CLD, porque uma das empresas que fazem parte da sociedade responde a um processo por improbidade administrativa no município de Jaú;
- O recurso foi analisado pela Comissão de Licitação, que manteve o Consórcio FM Rodrigues/ CLD na disputa. Ela alegou que, mesmo com a ação de improbidade, a empresa não exerceu o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, e que o despacho do Tribunal de Justiça afasta absolvição liminar sob a premissa de que cabe ao Ministério Público provar o alegado na inicial no curso do processo;
- No dia 28 de fevereiro, a Comissão de Licitação declarou o Consorcio FM Rodrigues vencedor.

MAIS DO **G1**

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

Estão deixando o Walter [Torre, dono da WTorre] andar, estão deixando o Walter ganhar. Eu não tenho nenhum contato, nem vou me mexer com a Walter Torre. Ao contrário, eu sou inimiga dele. Muito complicado

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

social

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

Organize

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

...e não tem nada de errado, mas é do na qual Denise diz que o nome dela é Denise e não é a Denise que ela conhece, mas quem perdeu a licitação.

“Ninguém quer defender a FM Rodrigues. É porque ninguém está precisando, né?”

Licitação

the authors have used the following procedure to generate the data sets. The first 1000 observations of the time series are used to estimate the QRS and T waves parameters and the next 1000 observations are used to generate the synthetic data. The last 1000 observations are used to estimate the QRS and T waves parameters and the next 1000 observations are used to generate the synthetic data. The last 1000 observations are used to estimate the QRS and T waves parameters and the next 1000 observations are used to generate the synthetic data.

El costo de la inversión en el fondo de \$18 mil impacta, de \$14 mil a \$16 mil, el costo de la inversión en el fondo de \$18 mil, por lo que el costo de la inversión en el fondo de \$18 mil impacta, de \$14 mil a \$16 mil, el costo de la inversión en el fondo de \$18 mil.

3. Ministério Público de São Paulo já investiga suposta irregularidade de
4. contrato de prestação de serviços de Engenharia, com R\$ 3,1 milhões, firmado com a
5. empresa de propriedade de Paulo Roberto Costa, em andamento com o
6. Banco do Brasil. (Folha de São Paulo, 12/05/2014)

Elaboramos este texto para ser leído en voz alta, por los estudiantes de la Institución, con el propósito de que ellos se apropien de los contenidos, los lean, los entiendan y los compartan con sus familiares, amigos y la comunidad, para que todos conozcan y participen en esta iniciativa.

Diretora

1. O Sr. Diretor do Departamento de Registro e Publicação, Diário Oficial do Município, para que providencie a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Município, bem como a publicação no site eletrônico do Poder Judiciário do Município.

Em 1934, tornou-se chefe de gabinete da Presidência da República entre julho e agosto de 1934, quando foi substituído por Francisco de Assis Toledo. Em 1935, foi nomeado chefe de gabinete da Câmara dos Deputados e, em 1936, chefe de gabinete da Assembleia Nacional de Aviação Civil na época do acidente do avião da Força Aérea Brasileira, que ocorreu em Santos, em São Paulo, quando o avião estava em voo para o Rio de Janeiro, com o piloto João Baptista de Oliveira Figueiredo e o passageiro Francisco de Assis Toledo.

Outro Lado

o prefeito da Prefeitura de São Paulo disse que todas as informações sobre a licitação estão em todas as publicações do Diário Oficial. Entretanto, a licitação não pode ser integrada pela empresa vencedora, a Alameda, e a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a participação da licitação e/ou a contratação. O prefeito disse que a Prefeitura não sabe que todos os documentos foram enviados ao Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação.

O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação. O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação.

O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação. O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação.

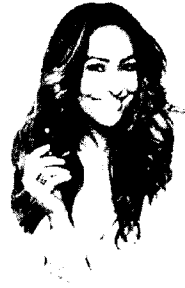
O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação. O prefeito disse que a Alameda não foi declarada vencedora pelo Ministério Público, o que impede a licitação e/ou a contratação.

[illegible]

TER UMA CONTA 100% DIGITAL É

**PAGAR
BOLETOS**

NO ÔNIBUS

**soudigi+****ABRA SUA CONTA**

Ministério Público investiga licitação da iluminação pública de São Paulo

Ministério Público de São Paulo investiga licitação da iluminação pública de São Paulo. A licitação foi realizada em 2017 e a empresa vencedora é a MRV. A investigação foi iniciada em 2018 e a empresa está sendo acusada de fraude.

por Marcos Guedes e Tony Chastinet, da Record TV

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000



A iluminação pública de São Paulo é uma das mais caras do Brasil, com custos que chegam a R\$ 1,5 bilhão por ano.

A Prefeitura de São Paulo está disputando a regulamentação da iluminação pública com a empresa MRV. A Prefeitura quer que a MRV seja a responsável por toda a iluminação pública da cidade, enquanto a MRV quer que a Prefeitura seja responsável apenas pela manutenção. A Prefeitura quer que a MRV seja responsável apenas pela manutenção, enquanto a MRV quer que a Prefeitura seja responsável por toda a iluminação pública da cidade.



em 2014, a empresa apresentou proposta e conta com contrato de R\$ 100 milhões para a manutenção, reparação e substituição da iluminação pública de São Paulo. O projeto prevê a instalação de 110 mil lâmpadas de LED na cidade. A LM ganhou a licitação por proposta de R\$ 12,7 milhões por ano, por 10 anos.

Segundo o contrato, pelo menos 90% dos equipamentos de iluminação pública devem ser fabricados no Brasil. A LM também deve manter 100 funcionários no Brasil para o projeto e 100 funcionários no exterior para o projeto.

Segundo o contrato, a empresa deve manter 100 funcionários no Brasil para o projeto e 100 funcionários no exterior para o projeto. A LM também deve manter 100 funcionários no Brasil para o projeto e 100 funcionários no exterior para o projeto.

Segundo o contrato, a empresa deve manter 100 funcionários no Brasil para o projeto e 100 funcionários no exterior para o projeto. A LM também deve manter 100 funcionários no Brasil para o projeto e 100 funcionários no exterior para o projeto.

Outro Lado

R7 - O jornalista também se reuniu com Eli Roldão, solicitando informações sobre a investigação do Ministério Público, mas o governo não quis comentar o caso e pediu o encerramento.

O jornalista também se reuniu com Eli Roldão, solicitando informações sobre a investigação do Ministério Público, mas o governo não quis comentar o caso e pediu o encerramento.

O jornalista também se reuniu com Eli Roldão, solicitando informações sobre a investigação do Ministério Público, mas o governo não quis comentar o caso e pediu o encerramento.

O jornalista também se reuniu com Eli Roldão, solicitando informações sobre a investigação do Ministério Público, mas o governo não quis comentar o caso e pediu o encerramento.

O jornalista também se reuniu com Eli Roldão, solicitando informações sobre a investigação do Ministério Público, mas o governo não quis comentar o caso e pediu o encerramento.

social

Iluminação pública de São Paulo é alvo de investigação do Ministério Público. A licitação foi criticada por falta de transparência e por valores altos.



Iluminação pública de São Paulo é alvo de investigação do Ministério Público. A licitação foi criticada por falta de transparência e por valores altos.

Iluminação pública de São Paulo é alvo de investigação do Ministério Público. A licitação foi criticada por falta de transparência e por valores altos.

de 2017, a empresa foi contratada pela Rodo Pública a partir da contratação de

uma comissão de fiscalização.

De acordo com o relatório, a empresa não realizou com a Rodo Pública nenhuma reunião para discutir o planejamento de fiscalização do trabalho do GATM, e também não forneceu nenhuma documentação. O relatório diz:

“...a empresa não forneceu qualquer documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual”.

De acordo com o relatório, a empresa enviou a seguinte resposta às conclusões da fiscalização:

“...a empresa não possui nenhuma obrigação de fornecer a Rodo Pública qualquer documentação, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual”.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

Nota da redação

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual. A empresa também não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

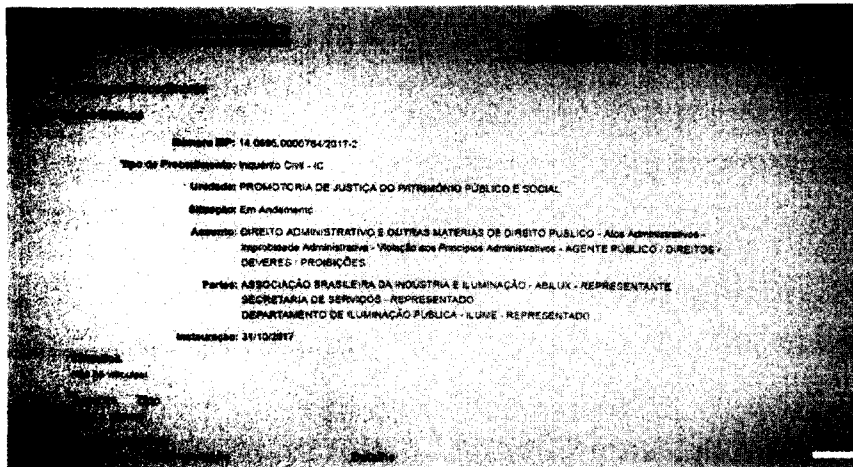
De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

De acordo com o relatório, a empresa não forneceu nenhuma documentação em privacidade, e a fiscalização foi realizada apenas por meio de observação visual.

Ministério Público investiga licitação da iluminação pública de São Paulo

21/03/2018 10h02



Ministério Público investiga licitação da iluminação pública de São Paulo

<http://r7.com/wLKC>

- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.

Ministério Público investiga licitação da iluminação pública de São Paulo



- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.
- O Ministério Público de São Paulo investiga a licitação da iluminação pública de São Paulo.



Doria retoma PPP da iluminação pública, mas já estuda nova licitação

Após quase um ano de disputas judiciais e dissenso contratual, a Prefeitura de São Paulo decidiu retomar a PPP da iluminação pública

Por Redação O Estado de S. Paulo

SÃO PAULO - Após quase um ano à espera de decisões judiciais, a Prefeitura de São Paulo decidiu marcar para a próxima quinta-feira, dia 7, a abertura dos envelopes com as propostas da Parceria Público-Privada (PPP) que irá modernizar o parque de iluminação pública da cidade, prevendo a troca de todas as luminárias da cidade por lâmpadas de LED. Mas, diante da expectativa de novos entraves jurídicos, segundo o **Estado** apurou, a Secretaria Municipal de Serviços e Obras já iniciou estudos para contratar, de forma convencional (sem PPP) uma empresa para fazer a manutenção do parque da cidade -- que já está funcionando por meio de um contrato emergencial (sem licitação) de R\$ 9,5 milhões, e que impede novos investimentos no setor.

O entrave, que vinha sendo debatido na Justiça, se refere à possibilidade ou não de o consórcio Walks, um dos dois interessados na disputa, poder assinar o contrato da PPP, que prevê a concessão do serviço por 20 anos, a um preço estimado em R\$ 7 bilhões.

O Walks, que tem entre as empresas participantes o grupo WTorre, tem ainda como integrante a empresa 4 Participações, cujos sócios são os mesmos sócios da empresa Alunni, considerada inidônea pelo Superior Tribunal de Justiça -- e, assim, impedida de contratar com o poder público. A discussão é se o impedimento valeria para todo o consórcio.

NEWSLETTER Manchetes

Assine nossa newsletter e receba as principais notícias.

[Assine aqui](#)

Há expectativa no mercado que as propostas comerciais do Walks, que serão conhecidas após a abertura dos envelopes, tragam preços mais baixos do que o consórcio adversário, liderado pela empresa FM Rodrigues, atual prestadora do serviço na cidade. Desse modo, a cúpula da secretaria de Serviços e Obras teme se ver obrigada a contratar com o consórcio e, depois, ser questionada sobre a legalidade dos contratos, segundo técnicos da área ouvidos pela reportagem.

A Prefeitura havia enviado pedido à presidência do Tribunal de Justiça para se manifestar sobre a elegibilidade do consórcio Walks ou não, mas o TJ devolveu o processo para a Vara de origem -- que já havia determinado a abertura dos envelopes.

O Walks foi procurado, mas preferiu não se manifestar. O consórcio tem pareceres jurídicos apontando que as questões relacionadas a um de seus integrantes não interferiria no processo, entendimento diferente de seu adversário.

A gestão João Dória (PSDB), por sua vez, já estudou saídas para caso o Walks tenha a proposta mais vantajosa, mas não seja habilitada e a licitação volte para os tribunais. A opção é a realização de uma licitação comum para realizar a manutenção da iluminação da cidade após o término do contrato de emergência, que teve seu extrato publicado no *Diário Oficial* da Cidade no último sábado. Dessa forma, os investimentos para reparar a rede e eventualmente ampliar o número de pontos de LED seriam custeados com recursos municipais, sem a antecipação de investimentos prevista na PPP. O contrato atual tem prazo de 180 dias, mas seria suspenso caso a PPP terminasse.

PPP. A PPP da iluminação Pública teve a primeira minuta divulgada no fim de 2014, na gestão Fernando Haddad (PT), e tinha a previsão para ocorrer em junho de 2015, mas foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) e pelo Tribunal de Justiça até ser liberado em dezembro de 2016. A ideia é que a taxa de iluminação pública custeasse a remuneração, ao longo de 20 anos, da troca de todas as lâmpadas da cidade por luzes de LED. Os entresves judiciais só terminaram em dezembro de 2016. Ao assumir, Dória afirmou que daria prosseguimento ao processo já em andamento, mas voltou a questionar o TJ sobre a viabilidade do processo.

Mais conteúdo sobre:

[Tribunal de Justiça devolve processo sobre licitação de iluminação pública](#)

[Tribunal de Justiça devolve processo sobre licitação de iluminação pública](#)

[Tribunal de Justiça devolve processo sobre licitação de iluminação pública](#)

[Tribunal de Justiça devolve processo sobre licitação de iluminação pública](#)

SIGA O ESTADÃO

Recife

R\$59

decolar.com



BUY NOW!!!

FOLHA DE SÃO PAULO

11/06/2017

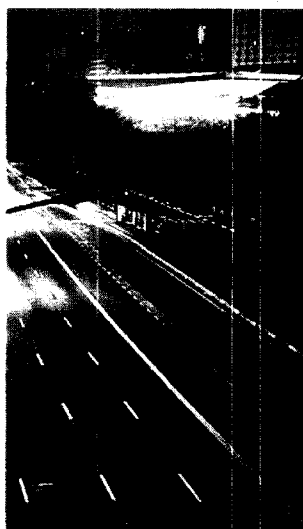
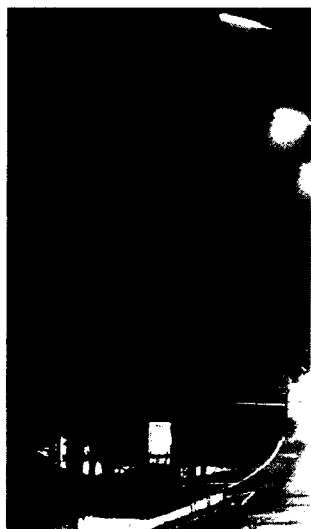


11/06/2017

OPINIAO EDITORIAL ★ ★ Assessoria de imprensa: [illegible]

mercado

Disputa por contrato para iluminação pública se acirra em São Paulo



11/06/2017

Prefeitura faz contrato emergencial de iluminação para driblar PPP travada

São Paulo é Estado mais competitivo, aponta estudo; SC ultrapassa PR

Governo de SP quer dar tratamento diferente a quem paga imposto em dia

11/06/2017



Carro, táxi, Uber ou Zazcar: veja o que vale a pena para o seu bolso



Calculadora da fortuna: confira quais aplicações financeiras rendem mais

11/06/2017

O contrato para a iluminação pública de São Paulo que a prefeitura fechou sábado (30) com a atual prestadora do serviço, a FM Rodrigues, já provoca reações de concorrentes no setor.

A Conecta, que faz construção e manutenção de redes de energia e iluminação, protocolou na segunda (2) um pedido para que a prefeitura informe qual foi o critério que levou à seleção da FM.

Francisco Scattaregi, advogado da empresa, diz que a Conecta queria ser consultada para participar do contrato de emergência. "Ela daria desconto de 1% só para começar a negociar, mas a prefeitura nunca chama", diz.

Em nota, a prefeitura justifica que a FM Rodrigues foi contratada em caráter emergencial para evitar descontinuidade no serviço.

"Por estar prestando o serviço, a empresa tem mão de obra contratada, equipamentos, estoque de material, especificidades que garantem a prestação dos serviços sem que haja intercorrências que possam resultar em prejuízo à população", diz a nota.

Segundo a prefeitura, o pedido de vista do processo feito pela Conecta foi enviado ao Ilume (Departamento de Iluminação Pública).

Para a FM Rodrigues, o questionamento da concorrência é "disputa comercial".

Em um consórcio chamado SP Luz, formado com a empresa Alumini, a FM Rodrigues foi escolhida na licitação de 2014 para a iluminação da cidade. Já houve renovação em 2015.

A Alumini, porém, teve a participação rescindida neste ano porque subcontratou outras duas empresas num modelo considerado vedado pelo edital. A FM ficou conduzindo a operação.

A Alumini nega qualquer irregularidade na subcontratação e se queixa de ter sido a única excluída, enquanto a FM permaneceu no contrato. "A subcontratação foi para serviços que não eram objeto principal do contrato", diz a Alumini, em nota.

"A prefeitura, em claro favorecimento à FM Rodrigues, decidiu excluir só a Alumini da prestação", diz ela.

Em setembro, o Tribunal de Justiça de SP reconheceu que a FM tinha responsabilidade solidária nesta subcontratação. A defesa da FM diz que as empresas já vinham atuando separadamente.

Outra queixa sobre o contrato emergencial vem da Abilux (associação da indústria). Para Marco Poli, diretor da entidade, também não está claro quais serão os critérios para aprovação dos fornecedores de luminárias. Segundo a prefeitura, essa homologação será feita pelo Ilume.

A FM Rodrigues pode vencer outra disputa: a concorrência pela renovação de um contrato de mais de R\$ 7 bilhões cujo atraso levou a renovação emergencial.

Hoje, só há dois competidores: um deles é o consórcio FM Rodrigues, em que a FM é parceira da Consladel - empresa integrante do consórcio que ganhou lotes nos últimos contratos da manutenção de semáforo na cidade.

O outro é o consórcio Walks, que tem WTorre e a Quatro, controladora da Alumini. Mas enfrenta dificuldades porque a Alumini foi considerada inidônea para firmar contrato público após envolvimento na Lava Jato.

por FABRICIO LOBEL - de São Paulo



Sensores deixam ruas amigáveis para idosos e pessoas com deficiência



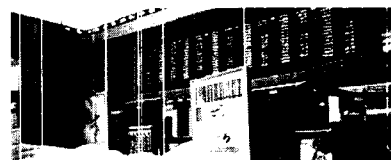
Como solucionar problemas com banco e instituições financeiras

folha

10/06/2019 11:03:03



10/06/2019 11:03:03



Ao vivo: acompanhe a movimentação do mercado financeiro no liveblog

indicadores

Cotação dos índices econômicos

Bovespa	12.345,67
Ibovespa	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67
Ibov	12.345,67

+ LIDAS

Colaborador do WhatsApp incentivado a deletar o Facebook

ETIA apertam o cerco contra o Facebook



'Deus Salve o Rei':
Lucrécia diz a
Rodolfo que irá
para um convento



Jéssica, Gleici e
Diego se enfrentam
em novo paredão
no BBB 18



Confira as
vantagens de ser
cliente Santander



Jovens descobriram
uma forma de
ganhar dinheiro no
Walmart